

Educação superior pública: Políticas educacionais, Ações afirmativas e capital cultural

Roseli Souza dos Reis Nunes

Resumo

O presente trabalho destaca a importância da educação superior pública e a necessidade das políticas de ações afirmativas dentro das políticas educacionais como uma modalidade de ingresso compensatória de uma dívida social para beneficiar grupos historicamente desfavorecidos como os afrodescendentes, as etnias indígenas e grupos socialmente discriminados. O conceito de capital cultural do sociólogo francês Pierre Bourdieu é utilizado para justificar diferenças que determinam as condições para o candidato poder conquistar o ingresso na universidade pública.

Palavras-chave: políticas educacionais, ações afirmativas, capital cultural.

Considerações iniciais

O trabalho que se apresenta tem o objetivo de fazer referência a questões que estão relacionadas ao ingresso nos cursos de educação superior pública, problematizando alguns aspectos das políticas educacionais que historicamente dificultam o ingresso e dando maior destaque nas políticas afirmativas que surgem como alternativas na busca de uma forma mais “justa e igualitária” às classes sociais desfavorecidas de conquistarem mais espaços na educação superior pública. Na busca de fundamentos científicos que possibilitem compreender as desigualdades sociais e mais, especificamente as que determinam as chances de conquistar ou não uma vaga na educação superior, destaca-se a contribuição que o sociólogo Pierre Bourdieu traz na sua discussão sobre a influência do capital econômico e cultural e o papel decisivo para facilitar ou dificultar o ingresso das classes populares diante do processo seletivo.

Políticas educacionais: educação superior pública

A começar pelo Decreto 19.851, de 11 abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino superior no Brasil adotando o regime universitário, a assinatura da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024 em 20 de dezembro de 1961 pelo presidente João Goulart e logo em seguida o golpe militar de 31 de março de 1964 deflagrado contra o governo legalmente constituído de João Goulart as políticas educacionais da educação superior evoluíram com as Universidades sendo os principais alvos de pressão da censura no

regime militar. Por 20(vinte) anos houve poucos investimentos na educação, ausência da definição de políticas educacionais que facilitasse o acesso e a formação de cidadãos formadores de opiniões, conhecedores dos interesses políticos e por que não dizer a essência dos interesses do poder constituído. O regime abafou qualquer movimento de manifestação, controlou sindicatos, meios de comunicação e as Universidades.

Avançando para a década de 1990 com a reestruturação produtiva e a reforma do Estado assumindo o papel de agente regulador da economia, teve as políticas direcionadas para os setores associados ao crescimento da produção e do consumo de massa. O desenvolvimento de políticas sociais foi mínimo e os investimentos na educação superior pública sofreu as piores perdas. No governo Neoliberal de Fernando Henrique Cardoso a política econômica adotada contribuiu para o aumento da dívida externa e conseqüentemente a deterioração das contas públicas. O dinheiro das privatizações, financiaram os déficits das transações do país e não foi aplicado em políticas sociais que pudessem melhorar a qualidade de vida da população.

O governo de FHC deu um foco economicista de índole privatista e as políticas educacionais para ensino superior foi a mais atingida por este ideário neoliberal de fazer política levando as Universidades públicas a perderem autonomia intelectual institucional e financeira.

BROUDIEU (2000, UTV - Canal Universitário do RJ) faz referência as implicações do governo neoliberal dizendo:

Em todas as sociedades onde o neoliberalismo é forte como o Brasil, passamos da saúde pública para o plano privado. Da escola pública para a particular, isso implica em aumento das desigualdades porque a escola reproduz o modelo ainda mais quando é dividida [...] A Medicina é típico, cada vez mais temos duas medicinas: uma de verdade para quem pode pagar e, para o resto, há um arremedo de medicina. [...] tudo o que se refere à saúde, à educação e ao social.

A política educacional brasileira no período 1995 a 2002 foi marcada por exigências de organismos como o Banco Mundial que orientava para privatizar o ensino superior e a expansão do ensino superior alicerçou-se nas instituições privadas. Sem projetos para a expansão, as Universidades federais sofreram retaliações financeiras que comprometeram seriamente qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Quem teve um contato mais próximo com as Universidades federais pôde vivenciar e sentir tamanho descaso do governo FHC que seguia a ideologia neoliberal com o objetivo de retirar da responsabilidade do estado a prestação dos serviços sociais, seguindo o que previa a Reforma do Estado proposta por seu

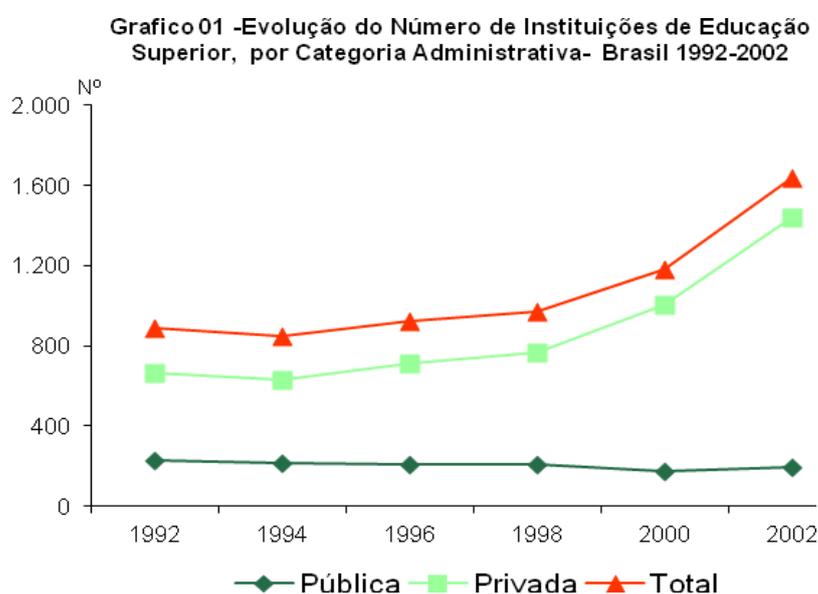
governo. O Brasil sofreu as consequências de uma política neoliberal sem restrições, com extrema violência, seguindo como universalização a verdade americana.

Após oito anos do governo FHC, o crescimento das instituições de ensino público principalmente das Universidades foi ínfimo se comparado ao crescimento das instituições de ensino particulares. Os quadros abaixo, ilustram o crescimento das instituições privadas no Brasil desencadeando políticas que não tinha como metas a qualidade do ensino, pesquisa e extensão nas Universidades.

Quadro 01 - Evolução do Número de Instituições de Educação Superior por Categoria Administrativa - Brasil 1991-2002

Ano	Total	Δ %	Pública	Δ %	Privada	Δ %
1991	893	-	222	-	671	-
1992	893	0,0	227	2,3	666	-0,7
1993	873	-2,2	221	-2,6	652	-2,1
1994	851	-2,5	218	-1,4	633	-2,9
1995	894	5,1	210	-3,7	684	8,1
1996	922	3,1	211	0,5	711	3,9
1997	900	-2,4	211	0,0	689	-3,1
1998	973	8,1	209	-0,9	764	10,9
1999	1.097	12,7	192	-8,1	905	18,5
2000	1.180	7,6	176	-8,3	1.004	10,9
2001	1.391	17,9	183	4,0	1.208	20,3
2002	1.637	17,7	195	6,6	1.442	19,4

Fonte: MEC/INEP/DAES



O ingresso ao ensino superior público sempre foi dificultado pela oferta restrita de vagas e acrescida de um nível desigual de capital cultural entre os concorrentes. O capital cultural das classes populares devido as condições econômicas e sociais tem a qualidade comprometida porque não podem estudar em boas escolas, não podem ter hábitos culturais como visitas frequentes a bibliotecas museus etc. que possam naturalmente influenciar no crescimento humano, na cultura legítima construída com a família. As dificuldades vão refletir nos resultados do processo seletivo frustrando as expectativas de ingresso na universidade pública. (BOURDIEU, 1979)

Aliado às dificuldades socioeconômicas que dificultam o melhor acúmulo do capital cultural, dos jovens, o Brasil tem em seu histórico, políticas restritivas que reduzem as possibilidades de acesso nas Universidades públicas como por exemplo mantendo a restrição do número de vagas para cursos com uma demanda muito maior que a oferta e incentivando a procura por Universidades particulares com o lançamento de programas como o programa Universidade para todos (PROUNI) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

Políticas de ações afirmativas

Com argumentos de combate ao racismo, democratizar e promover o acesso ao ensino superior da população historicamente menos favorecida, os debates das políticas de ações afirmativas no Brasil começaram a ganhar destaque a partir de 1990 através de reivindicações vindas de movimentos sociais que lutavam para que o acesso à universidade brasileira se ampliasse de forma mais justa e igualitária às classes sociais desfavorecidas economicamente (negros, etnias indígenas e a população de baixa renda). A constituição federal de 1988 defendia a universalização do atendimento escolar, mas este atendimento eliminava grande parte dos candidatos porque o mérito era atribuindo àquele que tivesse a capacidade de passar (com maior capital cultural) ignorando as condições sociais e econômicas que inviabilizava o ingresso do candidato.

As políticas de ações afirmativas, teve esta denominação utilizada pela “primeira vez em 1961 pelo presidente John F. Kennedy, quando da instalação da Comissão por Oportunidades de Emprego nos Estados Unidos”. (LIMA, 2012). No Brasil a partir da década de 1990, o termo foi utilizado para nomear as políticas que deviam ser criadas para beneficiar

grupos historicamente desfavorecidos como os afrodescendentes, as etnias indígenas e socialmente excluídas. Com relação a essa política tem-se alguns conceitos:

Políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado de discriminação, cumprem uma finalidade pública decisiva para o projeto democrático: assegurar a diversidade e a pluralidade social. Constituem medidas concretas que viabilizam o direito à igualdade, com a crença de que a igualdade deve moldar-se no respeito à diferença e à diversidade” (PIOVESSAN 2005, p.49).

Medidas redistributivas que visam a alocar bens para grupos específicos, isto é, discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica e/ou cultural passada ou presente” (FERES JÚNIOR; ZONINSEIN, 2006).

Apesar da Constituição Federal de 1988 estabelecer capítulo II dos Direitos Sociais “Art. 6º, são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”, não podemos testemunhar ainda que todo cidadão tenha esse direito assegurado. (BRASIL, 1988).

O evento realizado em agosto de 2001 em Durban na África do Sul, a III Conferência internacional de combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e formas correlatas de intolerância, organizado pelas Nações Unidas (ONU) com a presença de várias entidades do movimento negro, impulsionou movimentos que defendiam a necessidade de reparação social à dívida histórica ao negro Brasileiro. O evento de Durban foi referência para o fortalecimento das políticas de cotas nas Universidades do Brasil. (LIMA, 2012, p.17)

Os processos de seleção por vestibular para o ingresso nas Universidades públicas eram realizados num contexto de grande desigualdade de formação, motivada principalmente pela renda familiar. Jovens de classe média e alta, que podiam cursar as melhores e mais caras escolas, praticamente ocupavam todas as vagas disponíveis nos cursos das Universidades públicas e gratuitas. O sistema de seleção era perverso para os desprovidos de um capital cultural que sustentasse as exigências deste sistema.

Como resposta às demandas dos movimentos sociais em 2010 foi aprovado o Estatuto da Igualdade Racial (Lei n 12.288, de 20/07/2010), cujo artigo 1º define que “esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade e oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”. (BRASIL, 2010).

O governo de Dilma Rousseff dando continuidade em políticas sociais buscando efetivar o estabelecido na Lei 12.288, homologa e publica da lei de Cotas de número 12.711 que foi sancionada pela presidenta Dilma em 29 de agosto de 2012 que institui em seu artigo 1º “As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas”. (BRASIL, 2012).

As políticas de ações afirmativas também são defendidas como uma alternativa de inclusão social para buscar corrigir dívidas históricas e por meio deste instrumento concretizar à justiça social dando oportunidade de mobilidade a grupos desfavorecidos numa sociedade de alta desigualdade social. Uma publicação na revista Retrato das desigualdades de Gênero e Raça destaca:

Em 1995, a taxa de escolarização líquida no ensino superior – que mede a proporção de pessoas matriculadas no nível de ensino adequado para sua idade – era de 5,8%, chegando, em 2009, a 14,4%. Neste mesmo ano, esta taxa era de 21,3% entre população branca, contra apenas 8,3% entre população negra, chegando a apenas 6,9% entre os homens negros. Em 2009, a taxa de escolarização das mulheres no ensino superior é de 16,6%, enquanto a dos homens, de 12,2%. A taxa de escolarização de mulheres brancas no ensino superior é de 23,8%, enquanto, entre mulheres negras esta taxa é de apenas 9,9%. (IPEA, 2011, p. 29)

A desigualdade social tem um forte vínculo com o fator econômico que influencia na maior ou menor possibilidade de mudanças entre as classes sociais e não se restringem apenas a fatores econômicos, mas este tem um peso determinante para a exclusão de oportunidades as classes menos favorecidas, privando de usufruírem de serviços essenciais como educação, saúde, segurança, atividades culturais e outros.

O sociólogo francês Bernard Lahire que é um dos principais especialistas, na atualidade, da obra de Pierre Bourdieu faz uma análise das situações de desigualdade social e acha importante começar fazendo a seguinte pergunta: Em que condições históricas uma pequena diferença social ou cultural pode se transformar numa desigualdade social ou cultural? Para ele nem todas as diferenças são interpretáveis em termos de desigualdade social nem produzem sistematicamente um sentimento de injustiça.

Para que uma diferença produza desigualdades, é necessário que todos (ou pelo menos a maioria dos “privilegiados” e dos “lesados”) considerem que a privação de uma atividade, de

um saber do acesso a um determinado bem cultural ou a um dado serviço constitui uma falha, um handicap (termo inglês que significa vantagem ou desvantagem) ou uma injustiça inaceitável. (LAHIRE, 2008).

Quaisquer que sejam as origens das desigualdades sociais, o fator econômico sempre tem uma forte influência, podendo ser mais ou menos determinante dependendo do que é identificado como necessário. As diversas formas de desigualdades existentes no Brasil a educacional requer uma atenção maior porque é um caminho para ganhos sociais trazidos pelo desenvolvimento socioeconômico.

O capital cultural de Bourdieu e as desigualdades educacionais

Fazendo um recorte das desigualdades sociais com maior ênfase nas desigualdades educacionais no Brasil, verificamos que as mudanças estruturais ocorridas por influência da expansão do capital no país e políticas sociais que não correspondem ao grau de desejabilidade coletiva anunciada por Lahire, fizeram da escola uma instituição fundamental para a conquista de melhorias individuais e coletivas onde o maior nível e grau de conhecimento passa a ter um valor, ser uma moeda particular de troca através dos títulos escolares.

A contribuição sociológica do francês Pierre Bourdieu contribui para compreendermos fatores que podem gerar desigualdades sociais que aumentam ou diminuem as oportunidades de ingresso na educação pública do ensino superior, para Bourdieu as desigualdades sociais surgem como consequência de uma distribuição desigual de poder entre seus conceitos destacamos:

Capital econômico, composto por bens como renda, patrimônio, fatores de produção como terras fábricas e trabalho; **Capital cultural**, sendo um conjunto de conhecimentos, transmitidos pela família ou pelo sistema escolar onde este último converte em certificados por diplomas que se transforma numa moeda de troca. O êxito escolar está associado ao capital cultural. Uma família desprovida de capital econômico vê no capital cultural uma alternativa para busca da ascensão social. **Capital simbólico** que corresponde a um conjunto de rituais ligados à honra e ao reconhecimento que constituem vantagens sociais com consequências efetivas. **Capital social** que são as relações entre os agentes (indivíduos) podendo ser capitalizadas e convertidas em recursos de dominação. (BOURDIEU, 1979).

Para Bourdieu a reprodução das desigualdades, ocorrem num campo de forças e esse campo forças pode ser científico, acadêmico, jornalístico, econômico, político ou outros e que refletindo sobre a educação como uma forma de produzir indivíduos sociais, buscando um estudo da diferenciação social, propõe uma abordagem em termos de espaço social e de campos sociais onde o espaço social é hierarquizado e com desigual distribuição dos capitais. “A expressão espaço social assinala uma ruptura com as representações tradicionais da hierarquia social fundadas sobre uma visão piramidal da sociedade” (BONNEWITZ, 2003).

Para Bourdieu as diferentes formas de capital permitem estruturar o espaço social entendendo que o uso do capital não se limita apenas a área econômica, a distinção dos quatro tipos de capital econômico, cultural, social e simbólico, se faz necessário e aplica o conceito de capital cultural para se referir aos diferentes níveis de conhecimento. Estudantes de classes sociais diferentes apresentam desempenhos desiguais na escola. O desempenho escolar, também está associado a educação não-formal que é a educação familiar e o sucesso ou insucesso escolar depende do que a família propicia aos filhos como o incentivo à leitura, visitas a museus, apresentações culturais que vão enriquecendo a cultura legítima e acumulando o capital cultural ao qual será o diferencial para obter êxito na compreensão dos ensinamentos transmitidos pela escola.

O capital cultural pode influenciar no sucesso ou na exclusão da vida escolar. As influências sofridas pelos indivíduos ainda na infância interferem na vida educacional. Uma criança que teve incentivo da família para ler livros, certamente terá mais facilidade com a leitura e também a escrita. Os valores que os pais transmitem para os filhos a exemplo da convivência com a arte, a música o teatro despertará e desenvolverá habilidades determinantes seja para a vida afetiva, social e educacional.

Bourdieu (2000, UTV - Canal Universitário do RJ) diz:

[...] é certo que há uma relação entre origem social e sucesso escolar. Há mecanismos sociais que mantêm essa relação. Na sociedade contemporânea, o sistema de ensino contribui para conservar e perpetuar as estruturas sociais. E a maioria do que se perpetua entre as gerações, parte da transmissão de poder e de privilégios que são feitos através do sistema escolar. Não que a escola faça tudo mas difunde outros mecanismos de transmissão em especial os que se dão no interior da família. Então o sistema escolar contribui para ratificar, sancionar e transformar em mérito escolar as heranças culturais familiares.

Um das grandes contribuições que Bourdieu traz no âmbito da sociologia da educação é o questionamento das sociedades de classes e a denúncia em sua obra *A Reprodução* do que a escola faz para reproduzir os interesses do sistema e a quem ela serve. Conhecimentos que a sociedade considera valiosos, mais legítimo, determinado pela classe dominante. Quando a escola define seu currículo, a maneira de transmitir o conhecimento e como avaliar está exercendo o papel de reprodutora e legitimadora das desigualdades. “A seleção das disciplinas ensinadas, assim como a escolha dos conteúdos disciplinares é o produto das relações de força, entre grupos sociais. A cultura escolar não é uma cultura neutra, mas uma cultura de classe” (BONNEWITZ, 2003, p. 115).

O acesso ao ambiente escolar é desigual considerando a origem de classe. Um estudante proveniente de uma família que lhe possibilitou acesso a livros, visitações a ambientes culturais ensinamentos artísticos e viagens, ou seja, providos de um capital cultural legítimo terá uma desenvoltura e uma facilidade natural no entendimento e no desempenho das atividades escolares.

Os mecanismos objetivos que determinam as condições reais dos menos favorecidos de capital cultural a ingressarem na escola, depende do percurso de cada um. Os candidatos que pretendem ingressar no curso pretendido da Universidade segundo Bourdieu precisam ter um acúmulo de capital cultural que permitam competir em condições de igualdade. O capital econômico e social funciona como meios auxiliares para acumular o capital cultural.

Considerações finais

No Brasil a ausência de políticas educacionais se estendeu por décadas. Da chegada da família real aos dias de hoje o ensino tem suas políticas educacionais direcionadas aos interesses do cenário internacional e das grandes potências econômicas. O sistema capitalista sustenta mecanismos que asseguram os privilégios de poucos e o sacrifício e a pobreza para os demais e despertam na sociedade movimentos sociais que clamam por melhorias entre elas a educação. A educação hoje é sonho de consumo porque o sistema o elegeu como moeda de troca e também porque a busca do conhecimento é uma característica humana. As estruturas sociais podem ocultar do homem a essência das coisas mas não a curiosidade, o instinto de descobrir.

Como bem define Lahire, quanto maior o crescimento populacional que se confraternizam na desigualdade social, maior o grau de deseabilidade coletiva e ele reproduz

o pensamento de Bourdieu que os indivíduos são seres completamente determinados pelo seu meio social e o capital cultural que acumulam na vida.

As políticas de ações afirmativas podem abrir caminhos para o avanço das oportunidades de ingresso nas Universidade públicas mas, não garantem a permanência e conclusão do curso. O trajeto completo de acesso, permanência e conclusão dependerá dos recursos disponibilizados para as Universidades fazerem acompanhamento dos alunos e dar condições de permanecerem e concluírem o curso.

Referências

BONNEWITZ, Patrice. Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu. Tradução de Lucy Magalhães. - Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Entrevista exibida em 06/12/2000, UTV - Canal 16 NET – RIO, Canal a Universitário do RJ, Entrevistadora: Maria Andréia Loyola. Professora titular de antropologia da UFRJ.

BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais das ciências: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012. Brasília-DF, 29 de agosto de 2012. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cotas/legislacao.html>> Acesso em 05 Jul. 2014.

CULT, Revista pequeno glossário da teoria de Bourdieu, por Eduardo Socha, Disponível em <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/pequeno-glossario-da-teoria-de-bourdieu> Acesso em 10 jul 2014

CUNHA, Luiz Antônio. A universidade temporã. O ensino superior, da Colônia à Era Vargas. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DAFLON, Verônica, FERES JUNIOR, João, CAMPOS, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: Um panorama analítico Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000100015; Acesso em 18 jul 2014.

FERES JÚNIOR, J. (Org.); ZONINSEIN, Jonas (Org.) Ação afirmativa e universidade: projetos nacionais em perspectiva comparada. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006

IBGE. Sinopse do senso demográfico 2010. Rio de Janeiro 2010. Disponível em:<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>

LAHIRE Bernard. Diferenças ou desigualdades: que condições sócio-históricas para a produção de capital cultural. Fórum Sociológico [Online], 2008, posto online no dia 03 Dezembro 2012, consultado o 15 Julho 2014. URL: <http://sociologico.revues.org/287>; DOI: 10.4000/sociologico.287

LAHIRE Bernard. A cultura dos indivíduos. Parte I, legitimidade dominação e crença. Poderes e limites da teoria da legitimidade cultural. Ed, Arned Bookman: 2005. consultado o 15 Julho 2014. URL: http://www.larpsi.com/config/imagens_conteudo/pdf/legado_L_LAHIRE_Bernard_A_Cultura_Dos_Individuos_Liberado_Cap_01.pdf

LIMA, P. G. Universidade Brasileira: por uma perspectiva universal, humana e democrática. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2012.

PERONI, Vera. Política educacional e o papel do Estado: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

PLANALTO. Constituição federal. Brasília-DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 05 Jul. 2014.

Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. Revista Brasileira de Educação, Anped, v. 11, n. 32, p. 226-237, maio/ago. 2006.